

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2016, na Sala das Sessões Waldomiro Ernesto Santamaria, situada na Avenida Sete de Setembro, n° 664, na cidade de Pirangi, São Paulo, reuniu-se esta Câmara Municipal sob a presidência do Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior secretariado pelo Vereador Pedro Jesus Fernandes, para a realização da 16ª Sessão Ordinária do exercício de 2016. Após verificação do “quorum” feita pelo Senhor 1º Secretário ficou constatado a presença dos Senhores Vereadores:- ANGELA MARIA BUSNARDO, DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e o Presidente LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR. Portanto, havendo número legal de Vereadores e, invocando a proteção de Deus, o Senhor Presidente declarou aberta 16ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Pirangi, do dia 25 de outubro de 2016. Posteriormente convidou os Senhores Vereadores a ficarem de pé por um minuto em prol à Paz Mundial. Em seguida, convidou o Vereador Douglas França Aires Scardelato para realizar a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Para o Expediente, o Senhor Presidente informou que se encontravam presentes à Sessão os seguintes Vereadores:- ANGELA MARIA BUSNARDO, DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e o Presidente LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário, Pedro Jesus Fernandes, que procedesse à leitura da Ata da 15ª Sessão Ordinária realizada no dia 11 de outubro de 2016. Fez uso da palavra a Vereadora Maria de Fátima Lanfredi dos Santos que requereu verbalmente a dispensa da leitura da referida Ata, justificando que todos os vereadores possuíam cópia da mesma. O Senhor presidente colocou em discussão o pedido verbal da Vereadora, como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada no dia 11 de outubro de 2016, como ninguém fez uso da palavra, colocou-a em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário que procedesse à leitura das matérias. Fez uso

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

da palavra a Vereadora Maria de Fátima Lanfredi dos Santos que solicitou a dispensa da leitura dos Projetos de Lei nº 24 e 29/2016, justificando que já haviam sido lidos em sessões anteriores. O Senhor presidente colocou em discussão o pedido verbal da Vereadora, como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário que realizasse a leitura do restante das matérias. Terminada a leitura das matérias, o Senhor Presidente comunicou única discussão e votação as Moções nº 08 e 09/2016. Portanto, o Senhor Presidente colocou em única discussão e votação a Moção nº 08/2016 de autoria da Vereadora Maria de Fátima Lanfredi dos Santos e Luiz Carlos de Moraes Junior. Colocou-o em discussão. Como ninguém quis fazer uso da palavra, o Senhor Presidente colocou-a em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente colocou em única discussão e votação a Moção nº 09/2016 de autoria da Vereadora Maria de Fátima Lanfredi dos Santos e Luiz Carlos de Moraes Junior. Colocou-o em discussão. Como ninguém quis fazer uso da palavra, o Senhor Presidente colocou-a em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente informou as correspondências recebidas:- Convite para reabertura da Casa da Agricultura, que seria realizada no dia 26 de outubro as 9h00m na Casa da Agricultura; -Edital de Convocação para Audiência Pública da Comissão de Economia e Finanças que seria realizada no dia 03 de novembro a partir das 14h00m no plenário da Câmara Municipal; - Respostas aos requerimentos feitos nas últimas sessões encontravam-se nas mesas dos senhores vereadores, bem como o demonstrativo de receita e despesa referente ao mês de setembro de 2016. O Senhor Presidente comunicou que: O Veto a Lei nº 2490 de 11 de outubro de 2016, os Projetos de Lei nºs 30, 31 e 32/2016, os Projetos de Lei Complementar Legislativo nºs 03 e 04/2016 e os Projetos de Decreto Legislativo nºs 02 e 03/2016, lidos na sessão, seriam encaminhados às Comissões Permanentes para emitirem seus respectivos pareceres. O Projeto de Lei nº 29/2016, os Pareceres das Comissões Permanentes referente ao Projeto de Lei nº 24/2016, seriam votados em ÚNICA discussão e votação na Ordem do Dia. As Moções nºs 08 e 09/2016, aprovadas na sessão, a Presidência tomaria as devidas providências. Terminada a apresentação do Expediente, o Senhor Presidente deixou a palavra livre. Fez uso da palavra o Vereador Paulo Roberto Magalhães que cumprimentou

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

a todos e disse o seguinte: “Eu queria apresentar um requerimento para que o Senhor Secretário leia e que seja apreciado no plenário, conforme o artigo duzentos e onze, inciso nono do Regimento Interno, combinado com o parágrafo terceiro do mesmo artigo duzentos e onze, em que o requerimento de urgência deve ser apresentado para votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária”. O Senhor Presidente informou que o pedido deveria ser feito na Ordem do Dia e informou que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra a Vereadora Maria de Fátima Lanfredi dos Santos que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu gostaria de fazer um requerimento verbal, Senhor Presidente e eu vou dizer o meu requerimento: requeiro Verbalmente à Mesa nos termos Regimentais, após ouvido o Douto Plenário, que Exmo. Senhor Prefeito Municipal, BRÁS DE SARRO, juntamente com o setor responsável, providencie a colocação de um redutor de velocidade na Rua Aguinaldo Mendes, mais especificadamente no meio do trecho situado entre a Av. Fioravante Carello e Av. Francisco Corrente do lado do Conjunto Habitacional V. É porque ali, a minha justificativa é pelo seguinte: Como do lado antigo dessa avenida ela tem essas lombadas, as pessoas estão desviando para a outra via, tanto subindo como descendo e estão indo em alta velocidade. E nesse trecho especificadamente, nesse quarteirão aqui que eu estou me referindo tem muita criança e outro dia o morador precisou sair correndo atrás de motoristas, porque quase atropelou as crianças ali. Então é difícil, como é um conjunto novo, não é todas as casa que tem muro, então as crianças ficam, quando chegam da escola, quando ficam em casa, elas ficam soltas ali e as pessoas descem com tudo e sobem com tudo também. Então, um redutor nesse local vai segurar um pouco mais o fluxo dos veículos. Muito obrigada”. O Senhor Presidente colocou em discussão o Requerimento Verbal da Vereadora. Como ninguém fez uso da palavra colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente informou que o pedido deveria ser feito na Ordem do Dia e informou que a palavra continuava livre. O Senhor Presidente solicitou a Senhora Vice-Presidente que assumisse a presidência da sessão a fim de que ele pudesse fazer um requerimento. A Senhora Vice-Presidente assumindo a presidência, deixou a palavra livre ao Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu gostaria de fazer um requerimento para o Senhor Prefeito pedindo esclarecimento a respeito dos questionamentos que estão chegando lá para a comissão, desse projeto que a gente tratou agora do saneamento básico que ao invés de

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

passar direto aquele formulário que foi deixado aqui na audiência pública na Câmara, ao invés de ir direto à comissão, está tendo que primeiro ser protocolado para primeiro passar pelo Prefeito. Então, se existe uma comissão, essa comissão que tem que receber e fazer o que tem que ser feito. Então, gostaria que ele esclarecesse porque está tendo que passar por ele e não diretamente para a comissão do jeito que foi feito na audiência pública que teve aqui”. A Senhora Vice-Presidente colocou em discussão o Requerimento Verbal do Vereador. Como ninguém fez uso da palavra colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Vice-Presidente cedeu a palavra novamente ao Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que disse o seguinte: “Eu gostaria também de fazer mais um requerimento para o Senhor Prefeito, aliás, esse requerimento, gostaria, se todos dessem a anuência, que nós vamos passar para ele o valor referente à iluminação pública, o Ronaldo e o Luiz já estão providenciando, e alguns atletas procurou a gente aqui essa semana na Câmara e disse que está muito ruim a iluminação do Ginásio de Esportes para eles treinar. Quem usa a quadra a noite está muito ruim. E hoje de manhã eu conversei com o Zé Marreta que é funcionário da Prefeitura e fora do expediente ele foi lá, porque o horário dele é curto na Prefeitura, e ele fez um levantamento em turno de quatro a seis mil reais da para fazer todo o trabalho e inclusive descer mais essas lâmpadas para não precisar alugar os andaimes que fica um pouco caro, mais essa troca de lâmpadas desses reparos aí devido ao aluguel dos andaimes, fica quase mais caro que as lâmpadas. Então, eu gostaria, se o Senhor Prefeito pudesse até inclusive de preferência essa semana, mandar para gente um ofício solicitando também esse recurso, porque já que vai passar para a iluminação, acrescenta o valor para ele utilizar na iluminação do Ginásio de Esportes”. A Senhora Vice-Presidente colocou em discussão o Requerimento Verbal do Vereador. Como ninguém fez uso da palavra colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente reassumindo a presidência informou que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra a Vereadora Maria Célia Pironi Andrade que requereu verbalmente a dispensa dos dez minutos de intervalo em respeito aos internautas. O Senhor Presidente colocou em discussão o Requerimento Verbal da Vereadora. Como ninguém fez uso da palavra colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente informou

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

que a palavra continuava livre. Como mais ninguém fez uso da palavra o Senhor Presidente, portanto encerrou o Expediente e iniciou a “ORDEM DO DIA” da 16ª Sessão Ordinária do dia 25 de outubro de 2016, estando presentes os seguintes Vereadores:- ANGELA MARIA BUSNARDO, DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e o Presidente LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR. O Senhor Presidente informou as matérias que constavam para a Ordem do Dia: única discussão e votação ao Projeto de Lei nº 29/2016, ao Parecer da Comissão Permanente de Constituição e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 24/2016 e ao Parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças referente ao Projeto de Lei nº 24/2016. Fez uso da palavra o Vereador Paulo Roberto Magalhães que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu queria apresentar um requerimento para que o Senhor Secretário leia e que seja apreciado no plenário, conforme o artigo duzentos e onze, inciso nono do Regimento Interno, combinado com o parágrafo terceiro do mesmo artigo duzentos e onze, em que o requerimento de urgência deve ser apresentado para votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária”. O Senhor 1º Secretário realizou a leitura do Requerimento de Urgência Especial nº 39/2016. Terminada a leitura o Senhor Presidente colocou em discussão o Requerimento de Urgência Especial nº 39/2016. O Senhor Presidente solicitou a Senhora Vice-Presidente que assumisse a presidência da sessão a fim de que ele pudesse fazer uso da palavra. A Senhora Vice-Presidente assumindo a presidência, deixou a palavra livre ao Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Gostaria de parabenizar o pedido dos vereadores, desse pedido de urgência especial, que realmente em março, estou aqui com a cópia da ata da comissão do dia quatro de março de dois mil e dezesseis, e a comissão decidiu em comum acordo em sugerir uma emenda modificativa ao projeto de lei complementar, à época, número dois, no sentido de que toda e qualquer providência ou ato do executivo tomadas em relação ao abastecimento de água e esgoto do município deveria ser feito através de lei ordinária e aprovada pelos vereadores dessa Casa de Leis, sendo que sem a referida emenda a comissão não seria favorável. Então, quer dizer, acabou sendo feito a emenda, porém a emenda só pegou a parte que fala de autarquia. Deixou em aberto comissão e concessão dos serviços de abastecimento do município. Já houve uma

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

audiência pública, está em andamento, inclusive na modalidade de concessão, sobre o nosso sistema. Não sei se essa lei, sendo aprovada, surtirá efeito sobre essa tramitação que já se encontra, porém, caso por qualquer motivo não se encerre neste ano, esta lei ficará para o ano que vem e obedecendo nossa própria Lei Orgânica que fala que quando se tratar de permissão ou concessão tem que ser aprovado. Infelizmente a lei veio muito confusa no começo do ano, o Doutor Paulo veio explicar, falou que era obrigatório ter, mas não explicou a gravidade que seria ela. Então, um pouco mais de sessenta dias para terminar o mandato o executivo pode entregar o nosso sistema de abastecimento num contrato de vinte anos. Então, é temerário e informo aos senhores vereadores que eu protocolei um pedido no Ministério Público para que ele pudesse analisar toda a documentação realizada até o momento sobre a concessão e amanhã na viagem que a gente tem programado a São Paulo também estou levando pessoalmente uma solicitação de parecer do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Doutor Dimas Ramalho, já está pronto o ofício, a gente vai levar na viagem, passar lá para protocolar com ele. Haja vista também que várias pessoas da cidade, que estão mandando várias perguntas às comissões, encontraram muitas lacunas, alguns defeitos ali que mais beneficia a futura empresa que assumirá essa concessão do que o município. Então, nada melhor do que um parecer, se eu não me engano a comissão já solicitou um parecer do DAE, que é o departamento de Araraquara, departamento estadual responsável pela nossa região e nada mais justo também a gente tentar esse parecer com o Doutor Dimas Ramalho que se comprometeu com a gente em nos atender e eu tenho certeza que ele dará um carinho especial para gente amanhã. Muito obrigado Senhora Presidente”. O Senhor Presidente reassumindo a presidência informou que continuava em discussão. Como ninguém fez uso da palavra colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. Portanto, o Senhor Presidente colocou em única discussão e votação o Projeto de Lei nº 29/2016 que se tratava das subvenções sociais a APAE no valor de R\$ 28.000,00 e CRAJ no valor de R\$ 10.000,00. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estão, não houve manifestações contrárias. Foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente colocou em única discussão e votação o Parecer da Comissão Permanente de Constituição e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 24/2016 que revogava a Lei nº 1257/1992. Colocou-o em discussão e solicitou a Senhora Vice-Presidente que assumisse a presidência da sessão a

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

fim de que ele pudesse fazer uso da palavra. A Senhora Vice-Presidente assumindo a presidência, deixou a palavra livre ao Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu gostaria de parabenizar as duas comissões permanentes que foram contrárias a revogação desta lei, simplesmente falta uma adequação, conforme foi lido na sessão, mas eu insisto também em dizer: ao mesmo tempo que os servidores que estão afastados por auxílio doença, a Prefeitura não está pagando eles, então, pagando só o complemento, ela está pagando parcial, porque se o funcionário voltar a trabalhar, então ela não vai ter dinheiro para pagar? Como ele alegou inclusive para o saudoso Boy, que infelizmente faleceu e não viu a cor do dinheiro dele. Ele negava dizendo que não tinha dinheiro, se o médico então liberasse o Boy para voltar a trabalhar no outro dia, ele não ia ter dinheiro para pagar o salário dele? Então, é uma parte esse complemento e como foi visto aqui, o Doutor Jonas levantou, tem jurisprudência do próprio Tribunal de Contas e empresas particulares adotam essa medida, porque sabem, por exemplo: o servidor ganha dois mil reais por mês, quando ele se afasta por auxílio doença às vezes recebe mil e quinhentos, porque cai naquele calculo do INSS o fator e aí se eu não me engano é oitenta e nove por cento do valor que dá na média. Então eles vão lá pegam uma média de vinte anos, dá um salário de mil reais, oitenta e nove por cento de mil, oitocentos e noventa reais. Então, realmente é um projeto de lei que beneficia todos os servidores e a gente muito lutou para que a Silvana divulgasse quem afastasse, algumas vezes foi, depois mandava cortar, enfim, é uma lei que beneficia os servidores e os senhores foram muito bem justos em ter mantido essa lei de pé. Muito obrigado”. O Senhor Presidente, reassumindo a presidência, informou que continuava em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estão, não houve manifestações contrárias. Foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente colocou em única discussão e votação o Parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças referente ao Projeto de Lei nº 24/2016 que revogava a Lei 1257/1992. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias. Foi aprovado por unanimidade. Portanto, o Senhor Presidente informou que o Projeto de Lei nº 24/2016 havia sido rejeitado. O Senhor Presidente informou que a palavra estava livre. Como ninguém quis fazer uso da palavra, o Senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a 08ª Sessão Extraordinária que seria realizada logo após o término da

“ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Sessão Ordinária, para discussão e votação do Projeto De Lei nº 30/2016, conforme convocação do Exmo. Prefeito Municipal e do Projeto De Lei Complementar Legislativo nº 03/2016, conforme aprovação do Requerimento De Urgência Especial nº 39/2016. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a 16ª Sessão Ordinária do dia 25 de outubro de 2016 e informou que a próxima sessão seria realizada no dia 08 de novembro de 2016 as 20h00m. Sala das Sessões WALDOMIRO ERNESTO SANTAMARIA, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2016.

PEDRO JESUS FERNANDES
1º Secretário

LUIZ CARLOS DE MORAES JUNIOR
Presidente